



**Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos
do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

**Estudo sobre o Atendimento realizado pelos Assistentes Sociais e
Psicólogos Judiciários admitidos a partir de junho de 2007**

Conforme decidido em Assembléia Geral da AASPTJ-SP, em 08/08/09, diante da aprovação do Projeto de Lei Complementar nº19/2009 pela Assembléia Legislativa, no dia 24 de junho deste ano, o presente estudo vem apresentar elementos objetivos para justificar a importância do trabalho realizado pelos Assistentes Sociais e Psicólogos Judiciários contratados pela Lei 500, após o 1º de junho de 2007.

Foram reconhecidos como ingressantes pela Lei 500, no quadro Funcional do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 96 (noventa e seis) profissionais, sendo 28 (vinte e oito) Assistentes Sociais e 68 (sessenta e oito) Psicólogos, conforme ofício da Diretoria de Ingressos e Movimentação dos Servidores, do Departamento de Recursos Humanos, da referida Instituição, enviado à AASPTJ-SP, em 15/07/2009.

Essa Associação, com o intuito de conhecer com maiores detalhes a atual situação desses servidores para acompanhá-los nas suas inserções profissionais tanto no que se refere a vínculos contratuais, como quais ações vêm respondendo às demandas que recebem, remeteu um Instrumento-Questionário com questões que viessem trazer ao conhecimento do Tribunal de Justiça e das respectivas categorias profissionais uma pesquisa preliminar, que possa encaminhar estudos futuros sobre o trabalho desenvolvido por aqueles profissionais.

Assim, com o retorno do questionário preenchido, até fim de agosto deste ano, registrou-se um índice de respostas configurado em: 11 (onze) Assistentes Sociais, isto é, 39% do total de admitidos e 22 (vinte e dois) Psicólogos, isto é, 32% do total respectivo admitido. Configura-se, então, a resposta total em 34% do total, o que passa a ser significativo para fins desta reflexão.

Ao serem solicitados sobre a DATA DO INGRESSO na instituição, as respostas evidenciaram que 24 – 72% foram admitidos em 2007; 6 – 17% em 2008 e 3 – 1% em 2009, evidenciando-se já quase dois anos de exercício profissional.

Quanto à DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA desses profissionais no território no Estado de São Paulo, pode-se observar no quadro a seguir, posições em todas as regiões administrativas do

**Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos
do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

estado, o que também revela representatividade em ocupação espacial, em resposta a estudos anteriores¹ que evidenciaram extrema carência de atendimento à população na área judiciária.

Quadro 1 – Distribuição dos Profissionais Assistentes Sociais e Psicólogos nas Comarcas, Circunscrições e Regiões Administrativas do Estado de São Paulo

Profissionais				
Ass. Sociais	Psicólogos	Comarcas (*)	Circunscrições (*)	Região Adm (**)
	3	Americana	53	Campinas
	1	Avaré	24	Sorocaba
1		Atibaia	6	Campinas
	2	Barretos	14	Barretos
1	2	Campinas	8	Campinas
	1	Carapicuíba	4	Campinas RMSP
1		Fernandópolis	18	São José do Rio Preto
	1	Itu	20	Sorocaba
	1	Jales	55	São José do Rio Preto
	1	Limeira	10	Campinas
	1	Marília	31	Marília
1		Orlândia	39	Franca
1	1	Osasco	4	RMSP
1	1	Registro	21	Registro
1		Ribeirão Preto	41	Ribeirão Preto
	1	São José dos Campos	46	São Jose dos Campos
	1	São Paulo Capital		RMSP Capital
5	4	Sorocaba	19	Sorocaba
	1	Tupã	30	Marília
11	22			

Fontes (*) www.tj.sp.gov.br – Conheça o T.J.S.P.

(**) www.seade.gov.br

Ao serem indagados sobre EXERCÍCIO ANTERIOR ao trabalho junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, as respostas indicaram que do total de 33 profissionais, 29 – 58% atuavam em serviços de administração pública; 8 – 27% em serviços de natureza privada e 1 – 15% em ONG – organização não governamental.

No mesmo conjunto de perguntas, ao serem indagados sobre os TEMPOS DE SERVIÇO já exercitados pelos mesmos em trabalhos anteriores, variaram de 34 a 1 ano de exercício, com significativos resultados nos tempos além de 10 anos de exercício profissional.

¹ Trata-se de ampla pesquisa realizada pela AASPTJ-SP em 2004, estabelecendo um diagnóstico sobre a realidade de trabalho dos assistentes sociais e psicólogos do TJSP, caracterizando condições de trabalho e características da demanda que atendem.

**Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos
do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

No que se refere a situações que demandam o trabalho do assistente social e psicólogo judiciários há intensa solicitação por medidas de proteção à criança e ao adolescente conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Observando-se os índices relacionados às questões familiares, percebe-se acentuada procura decorrentes de situações que revelam conflitos, litígios, regulamentações de guarda e/ou visitas, que também expressam a garantia dos direitos da infância e da juventude. Nesse sentido evidencia-se também a demanda acentuada relacionada a medidas socioeducativas.

Registra-se, ainda, demanda significativa relacionada às cartas precatórias como, também, à justiça criminal, o que implica em acúmulo de funções institucionais (quadro 2, a seguir):

Quadro 2 - Caracterização da Demanda de Atendimento

I - Demandas Relacionadas a Medida de Proteção	Nº de casos
Pedido de Providência/ Processo Verificatório/ Sindicância/ Representação	1191
Adoção/cadastro de adoção	778
Termo de Guarda	618
Violência Doméstica (Negligência, Viol. Física, Viol.Psicológica, Abuso Sexual)	371
Abrigamento e desabrigamento	150
Destituição do Poder Familiar/suspensão do Poder Familiar	77
Tutela	61
Abandono de crianças e de adolescentes	11
Busca e apreensão de crianças	23
II – Demandas Relacionadas a Medidas Socioeducativas	
Adolescentes e jovens em conflito com a lei/prática de delitos	198
Adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas	2
III – Demandas relacionadas a Questões Comportamentais	
Crianças e adolescentes com problemas de comportamento/ em diversos níveis	283
IV – Demandas relacionadas às Relações Familiares e à Justiça da Família e Sucessões	
Disputa, modificação e regulamentação de guarda de filhos e de visitas	347
Conflitos, litígios familiares, separação de casais	45
Representação de incapazes e idosos/interdição/curatela	29
Suprimento para consentimento/idade	10
Emancipação	2
Alimentos	10



**Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos
do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

V – Demandas Relacionadas à Justiça Criminal	
Casos advindos da Vara Criminal	9
Execução de sentença	2
Inquérito policial	4
VI – Demandas Relacionadas à Política de Atendimento	
Fiscalização a entidades sociais	23
VII – Outras Demandas	
Carta Precatória	457
Dissolução de sociedade	5
Ação Civil Pública	3
Medida Cautelar	2
Diversos	42

Este estudo, não extenso, mas suficiente para os fins a que se propõe, demonstra um retrato das respostas profissionais dos assistentes sociais e psicólogos que operam seu trabalho cotidianamente na relação direta com aqueles que buscam a Justiça, desafiando todas as instâncias envolvidas com a qualificação da esfera pública para esforço na busca de encaminhar e superar dilemas e impasses na trajetória profissional.

São Paulo, 18 de setembro de 2009.

AASPTJ-SP – Gestão Participação e Compromisso, 2009/2013.

Organização:

Magda Melão

Rachel Tolosa Jorge

Colaboração:

Eunice Fávero

Maria Terra



*Participação e
Compromisso*
Gestão 2009/2013

**Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos
do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**